



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

FLASH

6317

Presidente da Mesa Diretora: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Espécie: Projeto de lei

Categoria: Denominação de vias públicas, centros comunitários e de convívio, alas oftalmológicas, salas, etc

Autoria: Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso

Data: 10/04/2007

Descrição Sumária: PROJETO DE LEI Nº 104/2007. Denomina a “Praça da AREA” (Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos), localizada no cruzamento das avenidas José Corrêa Machado e Norival Guilherme Vieira, no bairro Ibituruna. (Referente à Lei nº 3.727, de 17/05/2007).

Controle Interno – Caixa: 8.7

Posição: 46

Número de folhas: 09

Espécie: PL
Categoria: Denominação
α: 8.7
Ordem: 46
nº fls: 07



41/2007

10.05.2007

Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 104 /2007

AUTOR:

Ver. Coriolando da Soledade R. Afonso (Cori)

ASSUNTO:

Denomina Praça da Área.

MOVIMENTO

Entrada em – 10/04/2007

Comissões de Legislação e Justiça e Vias Públicas

- 1 - _____
- 2 - APROVADO EM ÚNICA EM 10.05.2007
- 3 - _____
- 4 - _____
- 5 - _____
- 6 - _____
- 7 - _____
- 8 - _____
- 9 - _____
- 10 - _____



Câmara Municipal de Montes Claros

Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

PROJETO DE LEI Nº. _____ DE 2007.

*as Comissões
09/04/2007
[Signature]*

“DENOMINA VIA PÚBLICA”

A Câmara Municipal de Montes Claros – MG aprova e eu, Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Passa a denominar-se oficialmente **Praça da AREA – Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos**, a Praça Rotatória localizada no cruzamento da Avenida José Corrêa Machado com Avenida Norival Guilherme Vieira, no bairro Ibituruna, sem denominação oficial.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal, 09 de Abril de 2007.

[Signature]
Coriolando da S. Ribeiro Afonso - CORI.
VEREADOR



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO
E JUSTIÇA
EM 10 DE ABRIL DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
A COMISSÃO DE VISELOGRA
DUROS PÚBLICOS
EM 10 DE ABRIL DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS
APROVADO EM DISCUSSÃO POR
ÚNICA
EM 10 DE MAIO DE 2007
[Assinatura]
PRESIDENTE



Prefeitura de Montes Claros - MG

Secretaria Municipal de Governança Solidária
Montes Claros (MG), 27 de março de 2007



OFÍCIO Nº: SG/041/07

ASSUNTO: Resposta (Dá))

SERVIÇO: Secretaria de Governança Solidária

Senhor Presidente:

Conforme solicitação de V.Exa. Formulada em ofício nº 008/2007 de 12 de março do corrente e Memo Nº GS/178/07 de 22.03.07 expedido pelo gabinete do Secretário de Planejamento, professor Antônio Dimas Cardoso, prestamos a informação abaixo:

- A Praça Rotatória localizada no cruzamento da Avenida José Corrêa Machado com Avenida Norival Guilherme Vieira, no **bairro Ibituruna**, não possui denominação oficial.

Sendo só o que se nos apresenta para o momento, subscrevemo-nos.

Cordialmente,


Márcia Júlia Filocre Saraiva
Secretária de Governança Solidária

Ilmo. Sr.

Coriolando S. Ribeiro

MD. Presidente da Câmara de Montes Claros

N E S T A

PREFEITURA DE MONTES CLAROS
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

MONTES CLAROS, 20 DE ABRIL DE 2007.

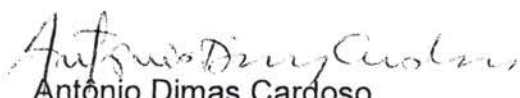
OF.: GS/258/07

Ao limo.
Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso – CORI
Presidente da Câmara de Montes Claros
Nesta

Prezado Senhor,

Com nossos cordiais cumprimentos, vimos informar que não há registro em nossos arquivos, de via ou logradouro público com a denominação AREA – Associação Regional dos Engenheiros, Arquitetos e Agrônomos, até a presente data.

Atenciosamente,



Antônio Dimas Cardoso
Secretário de Planejamento e Coordenação Estratégica



Câmara Municipal de Montes Claros


Gabinete do Vereador Coriolando S. Ribeiro Afonso - Cori

TERMO DE RESPONSABILIDADE

(Via ou logradouro público sem moradores)

Declaro, nos termos do Art. 159, § 4º, alíneas b, c, inc. I do Regimento Interno da Câmara Municipal de Montes Claros, alterado pela Resolução nº. 55 de 17 de agosto de 2006, que assumo a responsabilidade pelas informações referentes ao projeto de Lei que Denomina Praça da AREA – Associação Regional de Engenheiros, Arquitetos, e Agrônomos, Ibituruna, de minha autoria. Declaro ainda que nesta via ou logradouro público não existem moradores, não podendo, portanto apresentar o abaixo assinado.

Montes Claros, 09 de Abril de 2007.


Ver. Coriolando da S. Ribeiro Afonso.
Autor da Proposição



CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

ASSESSORIA LEGISLATIVA

PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 104/2007 QUE “Denomina Praça da Área”, de autoria do Vereador Coriolando da Soledade Ribeiro Afonso.


Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto, bem como à sua legalidade, sendo que a documentação prevista no artigo 159 e parágrafos, atinentes ao caso, do Regimento Interno foi juntada, ressaltando-se que o autor do projeto atesta a inexistência de moradores no local.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto de lei é legal, constitucional e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 11 de abril de 2007.


Luciano Barbosa Braga
Assessor Legislativo
OAB/ MG 78.605



Câmara Municipal de Montes Claros - MG
SALA DAS COMISSÕES
COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER SOBRE PROJETO Nº 104/2007

AUTOR: Coriolando da Soledade R. Afonso

MATÉRIA: Denomina Praça da Área

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 104 /2007, de autoria do Vereador Coriolando da Soledade R. Afonso que denomina **Praça da Área**.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/04/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 12/04/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

II – FUNDAMENTAÇÃO

À Câmara Municipal compete legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente tratar de matéria sobre denominação de vias e logradouros públicos municipais, como dispõe o art. 39, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal.

Não obstante, o Regimento Interno desta Casa disciplina, no art. 159, § 4º (Redação dada pela Resolução 42/2002), normas específicas a serem observadas para a tramitação de projetos dessa natureza.


Nesses termos, na proposição, que ora se examina, observa-se que o legislador juntou os documentos exigidos nos dispositivos legais supra citados.

Sendo assim, esta Comissão entende que o referido projeto, não contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, esta Comissão, conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido Projeto de Lei e que o mesmo atende à forma técnica de Redação.

Sala das Comissões, 03 / 04 / 2007.

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Presidente: 

Ver. Ademar de Barros Bicalho – Vice-Presidente: 

Ver. Eurípedes Xavier Souto – Relator: _____



Câmara Municipal de Montes Claros - MG

SALA DAS COMISSÕES COMISSÃO DE DENOMINAÇÃO DE VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS

PARECER SOBRE PROJETO Nº 104/2007

AUTOR: Coriolando da Soledade R. Afonso

MATÉRIA: Denomina Praça da Área

I- RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 87 /2007, de autoria do Vereador Coriolando da Soledade R. Afonso denomina **Praça da Área**.

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 10/04/2007, com entrada na Sala das Comissões no dia 12/04/2007.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, arts. 67 e 71, manifestar-se sobre matérias atinentes à denominação de vias, logradouros públicos ou próprios municipais.

II – FUNDAMENTAÇÃO

À Câmara Municipal compete legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente matéria que trata de denominação de vias e logradouros públicos municipais, como dispõe o art. 39, inciso XVI da Lei Orgânica Municipal.

Não obstante, o Regimento Interno desta Casa disciplina, no art. 159, § 4º (Redação dada pela Resolução 42/2002), normas específicas a serem observadas para a tramitação de projetos dessa natureza.

Nesses termos, na proposição, que ora se examina, observa-se que o legislador juntou todos os documentos exigidos nos dispositivos legais supra citados.

Sendo assim, esta Comissão entende que o referido projeto, não contraria normas legais e ou constitucionais.

III – CONCLUSÃO

Ante ao exposto, a Comissão é favorável à votação do referido Projeto de Lei pelo plenário..

Sala das Comissões, 10 / 05 / 2007.

Ver. Raimundo Pereira da Silva – Presidente: _____

Ver. Rosenberg dos Anjos Medeiros – Vice-Presidente: _____

Ver. Sebastião Ildeu Maia – Relator: _____